

Sete cidades do ABC registram mais de 3 mil violações contra mulheres em 2026

Amanda Lemos

As sete cidades do ABC registraram 3.119 violações de direitos contra mulheres em 2026, segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O levantamento, que reúne registros de diferentes tipos de violência, mostra a dimensão de um problema que, segundo especialistas, ainda está longe de ser resolvido e totalmente contabilizado, uma vez que muitas vítimas não denunciam ou sequer reconhecem determinadas situações como violência.

Conforme levantamento, foram 620 denúncias registradas na região até o momento este ano, das quais 388 envolvem registros classificados como violações da integridade física. No ranking, São Bernardo aparece com o maior número de denúncias: 208, sendo 132 relacionadas à integridade física. Na sequência estão Santo André, com 162 denúncias e 111 de integridade física; Mauá, com 102 e 54; Diadema, com 63 e 48; Ribeirão Pires, com 43 e 26; São Caetano, com 36 denúncias e 13 contra integridade física; e Rio Grande da Serra, com seis denúncias, quatro delas relacionadas à integridade física.

Em 2025, o ABC registrou 500 denúncias de violência contra a mulher entre janeiro e agosto. São Bernardo concentrou o maior número, com 177 denúncias, seguido por Santo André, com 129; Diadema, com 64; Mauá, com 61; São Caetano, com 41; Ribeirão Pires, com 26; e Rio Grande da Serra, com duas. Entre os registros, 321 estavam relacionados à integridade física, com maior concentração também em São Bernardo (118), Santo André (75), Diadema (46) e Mauá (41).

Outros tipos de violência

Importante frisar que, apesar dos números de atos contra a integridade física chamarem atenção, a violência contra a mulher não se resume somente à agressão física. A Lei Maria da Penha reconhece também as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral, formas que podem permanecer durante anos sem chegar às autoridades.

Para Marcela Soares, coordenadora do curso de Direito da Faculdade Anhanguera São Bernardo, os números oficiais representam apenas uma parcela do problema. “Esse número robusto, na verdade, reflete apenas uma fração da realidade, pois muitas mulheres ainda sofrem em silêncio. A rigor, esses dados revelam que a violência doméstica não é um fato isolado, que se inicia com abusos sutis e evolui rapidamente para agressões graves”, afirma.

Quando o controle vira violência

Um dos desafios para enfrentar a violência doméstica é reconhecer comportamentos que, muitas vezes, são confundidos com ciúme, cuidado ou preocupação. Segundo Marcela, o controle financeiro pode ser um dos sinais. Impedir a mulher de usar cartão bancário ou de crédito, controlar seus rendimentos ou seus bens são exemplos de violência patrimonial.

Na violência psicológica, o agressor pode controlar o telefone celular, as roupas, os amigos e a rotina da vítima, além de tentar afastá-la de familiares e do círculo social. Já a violência moral pode aparecer em humilhações, xingamentos, exposição pública, acusações falsas e divulgação de boatos que atingem a honra da mulher.

“Dentre os tipos de violência que a lei tipifica, as mais difíceis e que acabam subnotificadas são a violência moral, psicológica e patrimonial”, explica a especialista. A violência física e as ameaças verbais, por outro lado, estão entre as ocorrências mais denunciadas.

O que fazer ao identificar a violência ?

A mulher não precisa esperar uma agressão física para buscar ajuda. A palavra da vítima tem relevância no atendimento e ela pode procurar uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) ou qualquer delegacia para registrar a ocorrência e pedir orientação.

Também é possível buscar os serviços especializados da rede de proteção. Na região, estão entre as alternativas citadas pela especialista os centros de referência e acolhimento, como o CRAM, em São Bernardo, e o Vem Maria, em Santo André.

O Ligue 180, Central de Atendimento à Mulher, funciona gratuitamente 24 horas por dia, orienta sobre direitos e serviços da rede e também recebe e encaminha denúncias. Em situações de emergência, a orientação oficial é acionar a Polícia Militar pelo 190.

A vítima também pode reunir documentos, mensagens, fotografias, vídeos, registros de atendimento médico e outras informações que ajudem a comprovar a violência. No entanto, a ausência de provas ou testemunhas não significa que ela não possa procurar a polícia e relatar o caso.

Medida protetiva pode impedir aproximação do agressor

Quando existe risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher, pode ser solicitada uma medida protetiva de urgência.

Entre as medidas previstas estão o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato e a restrição de aproximação da vítima, familiares e testemunhas. A legislação determina que, recebido o pedido, o juiz deve analisá-lo em até 48 horas.

Desde 2023, a legislação também estabelece que a medida protetiva pode ser concedida independentemente da existência de boletim de ocorrência, inquérito policial ou ação judicial, desde que presentes os requisitos legais.

Romper o silêncio é o primeiro passo

Para mulheres que permanecem em relacionamentos violentos por medo, dependência financeira ou preocupação com os filhos, a orientação é buscar apoio antes de enfrentar a situação sozinha.

“A mulher não precisa enfrentar essa situação sozinha. Ela pode buscar os serviços de assistência social, centros de referência e acolhimento, delegacias e demais órgãos da rede de proteção, que podem orientá-la sobre seus direitos e sobre as medidas disponíveis para sua segurança”, afirma Marcela.

A advogada também destaca a importância da participação de familiares, amigos e vizinhos. Pessoas que tenham conhecimento de uma situação de violência podem denunciar, inclusive pelo Ligue 180 e pelo Disque 100. A recomendação é evitar o confronto direto com o agressor, que pode aumentar o risco para a vítima, e oferecer apoio para que ela tenha acesso à rede de proteção.

“É importante lembrar que o silêncio não protege, ele perpetua a violência. A mulher precisa ser acolhida e não julgada, e procurar ajuda pode ser o primeiro passo para proteger sua vida e construir um caminho mais seguro”, afirma Marcela.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3882125/sete-cidades-do-abc-registram-mais-de-3-mil-violacoes-contramulheres-em-2026/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Cidades